

Qualificação docente e matriz curricular: análises no âmbito do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do ParanáDOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2026.24.2.12297>Alison Sczepanski ¹

Resumo: o presente artigo tem por objetivo analisar o cenário de compatibilidade entre as qualificações acadêmicas e militares dos Oficiais da Polícia Militar do Paraná (PMPR) e as disciplinas da matriz curricular do Curso de Formação de Oficiais (CFO-PM). Parte-se do pressuposto de que os oficiais constituem o corpo docente principal das academias de polícia. Esta pesquisa de natureza documental e quali-quantitativa utilizou como parâmetro os quatro eixos articuladores propostos pela Matriz Curricular Nacional (MCN) do Ministério da Justiça. Os dados foram extraídos do cruzamento entre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o Almanaque de Qualificações de Oficiais da PMPR. Os resultados evidenciam ampla simetria e altíssima compatibilidade docente nos eixos voltados à estrutura do Estado, gestão e direito, bem como ao eixo de intervenção tática e operacional. Contudo, aponta-se uma lacuna no eixo formativo de metodologia e pesquisa, decorrente da escassez de oficiais com titulação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). O estudo propõe ações estratégicas para o fomento acadêmico à qualificação dos oficiais, a universalização da capacitação pedagógica e a criação de um controle de competências institucionais dos docentes do CFO-PM, medidas essenciais para a sustentabilidade da educação policial orientada para a segurança cidadã.

Palavras-chave: docência, formação policial militar, matriz curricular, qualificação.

Teacher qualification and curriculum framework: analyses within the Officer Training Course of the Paraná Military Police

Abstract: this article aims to analyze how well the academic and military qualifications of the officers of the Paraná Military Police (PMPR) align with the subjects in the curriculum of the Officer Training Course (CFO-PM). Starting from the premise that officers make up the main teaching staff at police academies, this documental, mixed-methods study used the four Thematic Pillars proposed by the National Curriculum Framework (MCN) of the Ministry of Justice as its reference. Data were drawn from a comparison of the Course Pedagogical Project (PPC) and the PMPR Officers' Qualifications Almanac (2026). The results show broad symmetry and very high instructional compatibility in the pillars concerned with State structure, Management and Law, as well as in the pillar addressing tactical and operational intervention. However, the study identifies a gap in the Methodology and Research pillar, caused by a shortage of officers with *stricto sensu* degrees (Master's and Doctorates). The article proposes strategic actions to promote officers' academic qualifications, to universalize pedagogical training, and to establish institutional competence controls for CFO-PM teaching staff—measures essential to sustaining police education geared toward citizen security.

Keywords: teaching, military police training, curriculum, certification.

Introdução

¹ Oficial da Polícia Militar do Paraná, atualmente no posto de Capitão. Docente do Curso de Formação de Oficiais da PMPR. Graduado em Ciência Política pela UNINTER. Mestre em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR).

A formação e a capacitação dos profissionais de segurança pública no Brasil têm passado por profundas transformações nas últimas décadas, impulsionadas pela necessidade de estruturar um modelo de segurança cidadã frente aos desafios da sociedade contemporânea. Nesse cenário, os currículos de formação policial são instados a desenvolver competências e habilidades que capacitem o profissional a atuar proativamente, mediar conflitos, administrar o uso da força e gerenciar ocorrências, pautando-se nos princípios de legalidade e respeito aos direitos humanos.

Para padronizar e orientar essas ações formativas, o Ministério da Justiça estabeleceu, no ano de 2014, a Matriz Curricular Nacional (MCN), um referencial teórico-metodológico baseado no paradigma da complexidade e na articulação de saberes. A MCN propõe que o ensino policial se distancie da fragmentação e se organize transversalmente por meio de quatro eixos articuladores: (1) Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública; (2) Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública; (3) Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; e (4) Diversidade Étnico-sociocultural, Conflitos e Segurança Pública. Tais eixos objetivam o desenvolvimento indissociável de competências cognitivas (aprender a pensar), operativas (aprender a atuar) e atitudinais (aprender a ser e conviver).

No âmbito do Estado do Paraná, o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFO-PM)² representa a porta de entrada e a base doutrinária para os futuros comandantes e gestores da corporação. Trata-se de um curso de alta densidade acadêmica e prática, com carga horária total de 3.740 horas-aula distribuídas ao longo de seis semestres, englobando desde disciplinas humanísticas e jurídicas, como Direitos Humanos e Direito Penal Militar, até componentes eminentemente práticos, como Tiro Policial e Policiamento Ostensivo.

Contudo, a efetivação de um currículo dessa magnitude pressupõe uma relação de interação entre as dimensões contextuais, políticas e técnico-metodológicas do ensino. Para que os saberes teóricos, práticos e instrumentais sejam transmitidos com excelência técnica e didática, exige-se um corpo docente altamente especializado. Historicamente, nas academias de polícia, os próprios oficiais compõem o corpo docente dos cursos internos. Torna-se imperativo, portanto, investigar o capital humano disponível na

² O CFO-PM forma os Oficiais do Quadro de Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná, responsáveis pelo comando, chefia e direção dos diversos órgãos da corporação. É vinculado academicamente à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), sendo desenvolvido pelo Campus da Academia Policial Militar do Guatupê (Paraná, 2020).

instituição, indagando até que ponto os oficiais encarregados da instrução possuem qualificação acadêmica (graduação e pós-graduação) e aperfeiçoamento militar técnico compatíveis com a pluralidade exigida pela matriz curricular do CFO-PM?

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o cenário de compatibilidade entre as qualificações acadêmicas e militares dos Oficiais da PMPR e as disciplinas da matriz curricular do CFO-PM, utilizando os Eixos Articuladores da Matriz Curricular Nacional como parâmetro de incidência metodológica. Busca-se verificar a adequação técnica e científica do corpo docente para sustentar as competências cognitivas e operativas inerentes ao ensino policial militar de nível superior.

Para atingir o objetivo geral, utiliza-se a pesquisa documental, de cunho exploratório e quali-quantitativo, a partir da análise do currículo do CFO-PM e da base de dados de qualificações dos oficiais da PMPR, sob o pano de fundo dos eixos articuladores da MCN.

Para cumprir esse desenho de pesquisa, o artigo organiza-se de modo que a primeira explore a fundamentação teórica da pesquisa, alicerçada nos pressupostos da segurança cidadã, da educação policial moderna e nas previsões nacionais sobre a formação policial. A segunda seção procura avançar para os aspectos metodológicos envolvidos na pesquisa. Já a terceira seção apresenta e discute os resultados do procedimento empírico adotado.

A evolução da educação policial e o paradigma da segurança cidadã

A transição democrática brasileira e as rápidas mudanças sociais das últimas décadas exigiram uma profunda reestruturação nas instituições de segurança pública, deslocando o foco de um modelo de policiamento puramente reativo para o paradigma da segurança cidadã. Esse paradigma envolve a adoção de modelos inteligentes e sustentáveis de ocupação territorial, com destaque para a participação social, integração de redes, e equilíbrio entre objetivos preventivos, repressivos e reintegrativos (Freire, 2009; Nunes *et al.*, 2023).

Nesse novo cenário, a educação policial passa a exigir a formação de profissionais capazes de lidar com as complexas formas de violência e conflitualidade, garantindo a qualidade de vida e a integridade das pessoas por meio de ações fundamentadas estritamente na legalidade, proporcionalidade e necessidade (Poncioni, 2021).

A educação policial envolve o ensino geral de teoria, conceitos, políticas e práticas que procuram oferecer ao aluno condições para o estabelecimento do pensamento reflexivo, possibilitando-o reconhecer, categorizar, avaliar e compreender diferentes dimensões de um mesmo fenômeno, permitindo prever resultados e projetar soluções rápidas e eficientes (Poncioni, 2021). Assim, a educação policial traduz as dinâmicas e complexidades da própria atuação policial.

Essa complexidade da atuação policial decorre, essencialmente, da capacidade do uso da força como função nuclear do papel da polícia (Bittner, 2003; Rolim, 2023). Assim, por deterem a prerrogativa do uso da força, exige-se que os profissionais de segurança pública possuam um preparo cognitivo, operativo e atitudinal de alto nível.

O preparo cognitivo envolve o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento, habilitando o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa. O preparo operativo prevê a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente. Já a preparação atitudinal visa estimular a percepção da realidade, por meio do desenvolvimento de potencialidades individuais, interação com o grupo e capacidade de convivência (Brasil, 2014).

Objetiva-se, portanto, a prestação de um serviço de segurança pública qualificado e profissional, que de fato atinja o cidadão em sua completude. A educação policial comunica-se diretamente com o paradigma da segurança cidadã. A relação entre os princípios da segurança cidadã e a educação policial exige, primordialmente, uma transição do modelo tradicional puramente técnico-repressivo para uma formação baseada na cidadania, na proteção integral e na governança multinível (interação e colaboração). Educar os futuros agentes públicos sob essa ótica significa estruturar currículos que capacitem o policial a atuar como um mediador social e um promotor de direitos fundamentais (Balestreri, 2003; Nunes *et al.*, 2023; Pazinato; Santos, 2024).

A matriz curricular da segurança pública deve contemplar a complexidade, a inovação e a sustentabilidade para responder aos desafios da sociedade. Isso demanda o desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e métodos de resolução de problemas que estimulem o pensamento crítico e a flexibilidade diante de cenários dinâmicos (Dantas, 2019).

Portanto, a concretização de novas abordagens pedagógicas perpassa, necessariamente, pela adequação do currículo dos diversos cursos desenvolvidos no âmbito das instituições de segurança pública, tendo por foco a otimização das competências dos profissionais dessa área.

A construção curricular baseada em competências na segurança pública

A superação do modelo tradicional de treinamento policial exigiu a adoção de um novo paradigma educacional. A vigente Matriz Curricular Nacional (MCN), estabelecida no ano de 2014, orienta que os currículos devem abandonar o mero acúmulo de informações para focar na mobilização de saberes aplicados a situações complexas (Brasil, 2014).

A MCN estabeleceu quatro eixos articuladores que estruturam o conjunto dos conteúdos transversais que conduzem para a reflexão sobre os papéis individuais, sociais, históricos e políticos do profissional e das instituições de segurança pública. São conhecimentos pertencentes às ciências humanas, cuja principal característica é a ampla abrangência (Brasil, 2014; Lima, 2022).

O primeiro eixo, focado no “Sujeito e Interações”, humaniza o agente ao debater autoconhecimento, relações humanas e valores pessoais no exercício da profissão. Complementarmente, o eixo “Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública” insere essa atuação no território real, fornecendo ferramentas históricas, sociológicas e antropológicas para o profissional compreender a organização social, as tensões democráticas e a convivência no espaço público, no qual os conflitos de interesses se manifestam no cotidiano (Brasil, 2014).

Os demais eixos expandem essa preparação para o campo dos valores e da gestão da pluralidade. O eixo de “Ética, Cidadania e Direitos Humanos” busca traduzir princípios normativos em práticas cotidianas concretas, orientando o agente técnico-operacional a agir conforme a legalidade e a sustentabilidade social diante de dilemas éticos. Por fim, o eixo da “Diversidade Étnico-Sociocultural, Conflitos e Segurança Pública” instrumentaliza o profissional para reconhecer a diferença como um direito fundamental. Ele estimula a reflexão crítica e promove técnicas como a mediação de conflitos para lidar com a intolerância e proteger grupos vulneráveis, harmonizando os direitos individuais com os interesses coletivos da sociedade (Brasil, 2014).

Os eixos articuladores, portanto, subsidiam os encarregados pela formação dos profissionais de segurança pública para que possam auxiliar os alunos no desenvolvimento das competências cognitivas, operativas e atitudinais. Na formação do oficial, o conceito de competência manifesta-se no “saber situacional”, entendido como a capacidade de articular diferentes saberes teóricos e práticos para adaptar-se, agir e tomar decisões frente à complexidade das situações reais de trabalho. É para garantir o

desenvolvimento integrado dessas competências que o projeto pedagógico do curso deve romper com a segmentação rígida dos campos do saber, adotando a interdisciplinaridade (Le Boterf, 2003).

A concretização desse processo, no entanto, inicia-se pelo desenvolvimento de competências por parte dos próprios docentes, que necessitam: i) organizar, dirigir e administrar a progressão da aprendizagem; ii) conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; iii) envolver os alunos no processo ensino-aprendizagem; iv) trabalhar em equipe; v) participar da administração escolar; vi) utilizar novas tecnologias; vii) enfrentar deveres e dilemas éticos; e viii) administrar a sua própria formação (Perrenoud, 2000; Palhari; Miranda, 2014; Santos, 2018).

Nota-se o ponto de inflexão entre a qualificação e competência docente com a estrutura curricular dos cursos. No caso concreto aplicado ao CFO-PM, a formação acadêmica do corpo docente tende a refletir a adoção, ou não, de práticas alinhadas, ou desalinhadas, às orientações da MCN.

Nesse sentido, a efetivação de um currículo construído sob o paradigma da complexidade depende intrinsecamente da figura do professor como mediador. Nas academias de polícia, o oficial é o responsável por essa mediação. Contudo, a elevada *expertise* técnica ou jurídica do policial não garante, por si só, a eficácia do ensino. É indispensável que o docente possua qualificação pedagógica específica para realizar a transposição didática (Pereira, 2013).

Percebe-se, portanto, que a qualificação docente deve, minimamente, estar relacionada aos eixos articuladores da MCN, caso se pretenda gerar efeitos práticos no desenvolvimento das competências cognitivas, operativas e atitudinais dos profissionais de segurança pública.

De igual forma, a própria matriz curricular dos cursos necessita estar alinhada aos pressupostos da MCN, em especial quanto aos eixos articuladores. Com isso, objetiva-se o pleno alinhamento entre a qualificação docente e a estruturação da matriz curricular dos cursos que formam os profissionais de segurança pública.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como um estudo documental de natureza exploratória, com abordagem quali-quantitativa. A dimensão qualitativa ocorre na análise temática e enquadramento pedagógico das disciplinas do CFO-PM, enquanto a dimensão

quantitativa manifesta-se na mensuração da incidência (frequência absoluta e percentual) das áreas de formação dos docentes do curso no contexto analisado (Marconi; Lakatos, 2023; Gil, 2025).

Inicialmente, procedeu-se à coleta de dados secundários, baseando-se em três documentos normativos:

- a) Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Policiais e Segurança Pública da PMPR: utilizado para mapear a carga horária e as disciplinas do CFO-PM. O documento foi obtido por meio de solicitação à Divisão de Ensino da Academia Policial Militar do Guatupê, considerando que o pesquisador é oficial da PMPR e integra o corpo docente do curso (UNESPAR, 2025);
- b) Almanaque de Qualificações de Oficiais (2026): documento contendo dados nominais de cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu*, mestrado, doutorado e cursos militares de especialização técnica da PMPR. O documento fica disponibilizado na rede interna da corporação, denominada “Intranet”, e de fácil acesso ao público interno, sendo gerenciado pela Comissão de Promoção de Oficiais, órgão de assessoramento ao Comandante-Geral da PMPR (Paraná, 2026);
- c) Matriz Curricular Nacional (MCN): documento adotado como referencial teórico e balizador metodológico.

O processamento dos dados foi realizado em três etapas lógicas de categorização e cruzamento:

- a) Categorização das disciplinas do CFO-PM: as disciplinas do currículo foram classificadas dentro dos quatro Eixos Articuladores da MCN, calculando-se a representatividade percentual de cada eixo na matriz do curso. A classificação deu-se a partir das aproximações entre os títulos e ementas das disciplinas com as conceituações e características de cada um dos quatro eixos articuladores da MCN;
- b) Categorização da qualificação dos oficiais: as formações acadêmicas e militares dos oficiais constantes no Almanaque foram filtradas e agrupadas nesses mesmos quatro eixos articuladores, considerando os títulos dos cursos por tipo de curso (graduação, pós-graduação *lato sensu*, mestrado, doutorado e curso militar). Optou-se por categorizar todos os oficiais da PMPR, visto que são potenciais docentes, e não apenas os atuais docentes;
- c) Cruzamento entre as duas categorizações anteriores: o cruzamento final consistiu no método de incidência, confrontando a demanda curricular (percentual de disciplinas de

um eixo no CFO-PM) com a oferta docente (nível de incidência de oficiais qualificados naquele mesmo eixo na corporação).

Após o cruzamento final, os dados foram sedimentados em quadros, os quais estão expostos, analisados e discutidos na próxima seção.

Nos termos da Portaria nº 2.664/2026, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), utilizou-se de inteligência artificial *NotebooLM* para: i) auxiliar o pesquisador na organização visual dos quadros contidos na seção de resultados e discussão; e ii) revisar a estrutura gramatical e ortográfica do artigo.

Resultados e Discussão

O processo de aferição da demanda curricular revelou o cenário de alinhamento das disciplinas do CFO-PM com os eixos articuladores da MCN. O Quadro 1 expõe os resultados da primeira categorização metodológica:

Quadro 1: Categorização das disciplinas do CFO-PM com base nos eixos articuladores da MCN

Eixo Articulador (MCN)	Panorama de disciplinas do CFO-PM	Quantidade de disciplinas	Incidência na MCN
Sujeito e Interações no Contexto da Seg. Pública	Foco físico, mental e educacional: Educação Física Militar I a IV, Metodologia de Ensino I e II, Psicologia Aplicada à Seg. Pública, Relações Interpessoais, Libras, Comunicação Social, TCC.	23	22,77%
Sociedade, Poder, Estado, Espaço e Seg. Pública	Foco jurídico, administrativo e estrutural: Direito (Penal Militar, Processual, Aplicado), Gestão (Administrativa, Pessoas, Projetos, Financeira), Policiamento Ostensivo Geral, Inteligência Policial, Criminalística, Sistemas da PMPR.	54	53,47%
Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Seg. Pública	Foco em princípios e dignidade humana: Direitos Humanos, Deontologia Policial Militar.	2	1,98%
Diversidade Étnico-sociocultural, Conflitos e Seg. Pública	Foco técnico-operacional e mediação: Polícia Comunitária, Gerenciamento de Crises, Prevenção e Resolução de Conflitos, Defesa Civil, Defesa Pessoal Policial, Tiro Policial, Sobrevivência Policial, Abordagem, Atendimento Pré-Hospitalar.	22	21,78%
TOTAL	Disciplinas previstas ao longo dos semestres do CFO-PM	101	100%

Fonte: autoria própria após aplicação do procedimento metodológico.

A análise do Quadro 1 revela que o currículo do CFO-PM avança na adoção de uma formação baseada em competências complexas. A hegemonia do Eixo 2 consolida a base jurídica e administrativa essencial para a atuação do Oficial no Estado Democrático de Direito. Paralelamente, o equilíbrio estrutural entre o Eixo 1 e o Eixo 4 materializa o "saber situacional" preconizado por Le Boterf (2003), garantindo que o aluno articule seu preparo físico e interpessoal para exercer a prerrogativa do uso da força, definida por

Bittner (2003) como a função nuclear da polícia, com técnica, moderação e inteligência emocional.

Por sua vez, a baixa incidência quantitativa de disciplinas exclusivas do eixo 3 justifica-se pela adoção da transversalidade exigida pela Matriz Curricular Nacional. Apoiando-se na premissa de Balestreri (2003) de que os direitos humanos e a eficiência policial não são antagônicos, mas compatíveis e mutuamente necessários, o currículo estabelece que a ética permeie organicamente toda a formação. Dessa forma, exige-se do corpo docente a capacidade de realizar uma transposição didática na qual o respeito às garantias fundamentais e à dignidade humana não se limite à teoria, mas esteja indissociavelmente fundido às instruções operacionais e de gestão.

O Quadro 2 expõe os resultados da segunda categorização metodológica:

Quadro 2: Categorização das qualificações dos oficiais (Almanaque PMPR) com base nos eixos articuladores da MCN

Eixo Articulador (MCN)	Nível de Formação	Principais formações identificadas	Nível de incidência
Sujeito e Interações no Contexto da Seg. Pública	Graduação, Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado, Curso Militar	Educação Física, Psicologia, Pedagogia, Letras, Comunicação Social, Docência no Ensino Superior, Metodologia de Ensino, Educação a Distância, Educação, Ciências da Saúde, Curso de Técnica de Ensino (CTE), Defesa Pessoal.	Médio
Sociedade, Poder, Estado, Espaço e Seg. Pública	Graduação, Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado, Curso Militar	Direito, Administração, História, Ciências Contábeis, Estatística, Informática, Direito Militar, Gestão Pública, Análise Criminal, Inteligência Policial, Ciências Jurídicas, Políticas Públicas, História, Gestão da Informação, Curso de Comando e Estado-Maior (CEEM), Polícia Judiciária Militar (CPJM), Inteligência (CI).	Altíssimo (dominante)
Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Seg. Pública	Graduação, Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado, Curso Militar	Filosofia, Teologia, Direitos Humanos e Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Obs: conhecimento trabalhado de forma transversal.	Baixo
Diversidade Étnico-sociocult. Conflitos e Seg. Pública	Graduação, Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado, Curso Militar	Enfermagem, Odontologia, Medicina, Fisioterapia, Serviço Social, Agronomia, Polícia Comunitária, Defesa Civil, Gerenciamento de Crises, Mediação de Conflitos, Desenvolvimento Comunitário, Operações Especiais (COESP), Controle de Distúrbios Cíveis (CCDC), RONE,	Alto

		CHOQUE, Policiamento Montado (CPMON).	
--	--	---------------------------------------	--

Fonte: autoria própria após aplicação do procedimento metodológico.

Os dados consolidados no Quadro 2 demonstram que a maciça qualificação dos oficiais no Eixo 2 (Formação Jurídica e Administrativa) e no Eixo 4 (Cursos Táticos e Operacionais) atende diretamente à complexidade da atuação policial contemporânea descrita por Bittner (2003). Essa dupla *expertise* dominante na corporação fornece o subsídio necessário para o docente desenvolver no aluno o "saber situacional" preconizado por Le Boterf (2003). Ou seja, a PMPR dispõe de um corpo de instrutores capacitado para realizar a transposição didática, ensinando o futuro comandante a articular o rigor da lei e a técnica do uso diferenciado da força na resolução de problemas práticos, afastando-se do mero treinamento repetitivo.

Por outro lado, as incidências nos Eixos 1 e 3 revelam pontos cruciais sobre o perfil pedagógico da corporação. A presença de especializações em direitos humanos comprova o esforço em formar multiplicadores capazes de ensinar a ética transversalmente, consolidando a premissa de Balestreri (2003) de que os direitos fundamentais são a base da eficiência policial. Contudo, apesar da satisfatória formação pedagógica de base, a raridade de titulações *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no oficialato evidencia uma lacuna relevante, uma vez que pode restringir a produção de pesquisas científicas autônomas e a inovação acadêmica nas Ciências Policiais.

O Quadro 3 expõe os resultados da segunda categorização metodológica:

Quadro 3: Matriz de cruzamento – compatibilidade da preparação dos oficiais (docentes) vs. Matriz Curricular do CFO-PM

Eixo Articulador (MCN)	Matriz curricular do CFO-PM (demanda)	Qualificação dos oficiais (oferta/incidência)	Grau de compatibilidade
Sujeito e Interações no Contexto da Seg. Pública	22,77% (23 disciplinas)	Média (Graduações em Ed. Física, Psicologia, Pedagogia; Pós em Docência; CTE)	Adequada / Satisfatória
Sociedade, Poder, Estado, Espaço e Seg. Pública	53,47% (54 disciplinas)	Altíssima (Formação em Direito, Administração, Gestão e Cursos de Comando e Estado-Maior)	Total / Plena
Ética, Cidadania, Direitos	1,98% (2 disciplinas)	Baixa a Média (Poucas na base; crescente na pós-graduação em Direitos Humanos)	Suficiente (com viés transversal)

Humanos e Seg. Pública			
Diversidade Étnico-sociocult. Conflitos e Seg. Pública	21,78% (22 disciplinas)	Alta (Forte concentração em Cursos Militares operacionais e Pós em Pol. Comunitária)	Elevada / Plena

Fonte: autoria própria após aplicação do procedimento metodológico.

Nota-se, a partir do cruzamento exposto no Quadro 3, uma simetria relevante entre a demanda curricular e a oferta docente, especialmente nos Eixos 2 (Jurídico/Administrativo) e 4 (Operacional). A PMPR demonstra plena capacidade institucional para formar o seu próprio profissional, no sentido de que o robusto contingente de Oficiais com especializações nessas áreas garante a base para o desenvolvimento do "saber situacional" preconizado por Le Boterf (2003). Essa elevada compatibilidade atesta que a corporação possui especialistas aptos a realizar a transposição didática das complexidades da segurança cidadã, ensinando o aluno a administrar a prerrogativa do uso da força com estrita observância à legalidade e à técnica. Além disso, as hegemonias encontradas no currículo, como por exemplo, o forte peso jurídico e administrativo do Eixo 2 e as exigências tático-operacionais do Eixo 4, são integralmente supridas pela maciça formação dos oficiais em Direito, Gestão e cursos militares de alto rigor (como CCEM, COESP e CCDC). Esse alinhamento garante que a corporação possui docentes com o "saber situacional" necessário para ensinar o aluno a articular a lei e o uso diferenciado da força na resolução de problemas práticos cotidianos. Adicionalmente, a exigência de transversalidade do Eixo 3 é satisfatoriamente atendida pela busca ativa dos oficiais por cursos de pós-graduação em Direitos Humanos, consolidando a premissa de que a ética e o respeito à dignidade humana formam a verdadeira base da eficiência policial.

Conclui-se que o corpo docente interno da PMPR é capacitado para sustentar as dimensões técnicas e legais do seu curso de formação. Entretanto, a consolidação de um modelo de ensino superior de excelência demanda o fomento contínuo à pós-graduação acadêmica e à universalização da capacitação pedagógica, transformando esse robusto capital humano em um sistema institucionalizado e estratégico de valorização da docência policial.

Considerações Finais

A presente pesquisa procurou analisar o cenário de compatibilidade entre as qualificações acadêmicas e militares dos Oficiais da PMPR e as disciplinas da matriz curricular do CFO-PM.

Os resultados evidenciaram que a corporação detém um capital humano que se compatibiliza com as demandas de ensino. Nos momentos em que se exige maior rigor intelectual e administrativo no CFO-PM (Eixo Sociedade, Poder e Estado), a corporação dispõe de maciça formação de oficiais no campo do Direito e da Gestão Pública. Da mesma forma, as disciplinas técnico-operacionais (Eixo Diversidade e Conflitos) são alicerçadas pela altíssima incidência de qualificações táticas oriundas dos Cursos Militares de especialização.

Entende-se, no entanto, que a constatação de uma escassez de oficiais com titulação *stricto sensu* limita a capacidade da instituição em gerar pesquisa inovadora baseada em evidências científicas puras (Eixo Sujeito e Interações).

Como limites desta pesquisa, aponta-se para o foco estritamente direcionado às qualificações docentes constantes em documentos formais e declaradas. Assim, é possível que os Oficiais da PMPR detenham outras formações complementares não identificadas no almanaque de cursos. A pesquisa esteve estruturada no cruzamento de dados em face das disposições da MCN, escolha metodológica do pesquisador. No entanto, outras bases teóricas podem ensejar novas análises e conclusões diferenciadas a depender do foco empírico e metodológico.

Em termos práticos, com base nas conclusões empíricas e suas relações com o referencial teórico, propõe-se: i) mapear a completude das competências dos Oficiais da PMPR, em especial dos docentes, objetivando direcionar as práticas pedagógicas dos cursos internos; ii) fomentar a inserção dos oficiais em programas de pós-graduação *stricto sensu*, objetivando qualificar a formação docente e suprir a lacuna identificada na pesquisa; iii) disseminar amplamente, por meio das reuniões pedagógicas, o conteúdo base contido na MCN, objetivando o alinhamento de ações pedagógicas nos cursos internos.

Estudos futuros poderão dedicar-se a avaliar qualitativamente se a vasta compatibilidade de títulos demonstrada nesta pesquisa traduz-se em métodos ativos de ensino na sala de aula, garantindo que os futuros comandantes da PMPR sejam formados sob os princípios da segurança cidadã e da excelência profissional.

Além da base pedagógica, a educação superior no campo das Ciências Policiais demanda maturidade na pesquisa científica. A produção de um saber crítico e direcionado requer o aprofundamento típico da pós-graduação *stricto sensu*. A escassez de oficiais titulados como mestres e doutores pode representar uma barreira estrutural para o pleno desenvolvimento do eixo formativo ligado à pesquisa e à metodologia.

Referências

- BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo: CAPEC, Paster Editora, 2003.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Coleção Polícia e Sociedade 8. São Paulo: EDUSP, 2003.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública**. Brasília: SENASP/MJ, 2014. Disponível em: <https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/01/matriz-curricular-nacional-para-acoes-formativas-dos-profissionais-de-area-de-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- DANTAS, Gleydson Rodrigues. Didática aplicada à Segurança Pública: um diálogo epistemológico sobre o policial-educador. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública**, [s. l.], v. 2, n. 4, 2019. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/41/41>. Acesso em: 11 jun. 2026.
- FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 100–114, 2009. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/54>. Acesso em: 2 jun. 2026.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2025.
- LE BOTERF, G. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.
- LIMA, Marcelo Vieira de. **Policial militar: quem queremos que você seja?** 1 ed., Curitiba: Appris, 2022, 133p.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2023.
- NUNES *et al.* Segurança Cidadã: Paradigmas e Ocupação Territorial no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 14, n. 12, p. 217-251, 2023. Disponível

em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/11424/1/RBCP_N12_P217-251.pdf. Acesso em: 2 jun. 2026.

PALHARI; Haquel Myriam de Lima Costa; MIRANDA, Itacyara Viana. Um novo olhar sobre as competências de Perrenoud: construindo conhecimentos para “todos”. *In: CINTEDI – Primeiro Congresso Internacional de Educação e Inclusão. Práticas Pedagógicas, direitos humanos e interculturalidade. Anais eletrônicos [...]*. Campina Grande: UEPB, 2014. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_03_11_2014_12_28_59_idinscrito_3958_70f22fa08ac95f32d7a7d79591c40dd7.pdf. Acesso em: 12 jun. 2026.

PARANÁ. **Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFO-PM) – UNESPAR/APMG**. Paraná: APMG, 2020. Disponível em: <http://www.apmg.pr.gov.br/Pagina/Curso-de-Formacao-de-Oficiais-Policiais-Militares-CFO-PM>. Acesso em: 10 mar. 2026.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. **Almanaque de Oficiais (Curso Superior, Pós-graduação e Curso militar - 21 de abril de 2026)**. Paraná: PMPR, 2026.

PAZINATO, Eduardo; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Democracia, estado de direito e governança da segurança cidadã (e justiça) na América Latina e no Caribe. **Revista de Ciências Sociais - Civitas**, [s. l.], n. 24: 1-12, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/44163/28452>. Acesso em: 25 maio 2026.

PEREIRA, Benôni Cavalcanti. **Da instrução militar ao ensino policial: profissionalidade docente para atuar como formador na Academia Integrada de Defesa Social**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/12828/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20BENONI%20CAVALCANTI%20PEREIRA.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmaed, 2000.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se policial: o processo de construção da identidade profissional nas academias de polícia**. Curitiba: Appris, 2021.

ROLIM, Marcos. Guerreiros ou guardiões? Notas sobre o conceito de polícia. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v.14, n. 1, 2023, p.248-269. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/VqfVZC4HYHp4T6g6nN75pHG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SANTOS, F. G. S. dos. Competências do educador segundo Philippe Perrenoud. **Eventos Pedagógicos**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 112–126, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/10078>. Acesso em: 15 jun. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR). **Projeto Pedagógico de Curso (Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública)**. São José dos Pinhais: UNESPAR, 2025. [Protocolo digital n. 25.055.611-0. Disponibilizado por solicitação do pesquisador.]

Submissão: 27/06/2026. **Aprovação:** 11/08/2026. **Publicação:** 31/08/2026.